sáveis para o serviço da sua escrita, cabendo-lhe outrossim a fiscalização de todo o movimento dos Armazéns Gerais.

Art. 5.º As funções de tesoureiro serão exercidas, como até a data, pelo chefe da secretaria das Cadeias Civis, com a remuneração a fixar e a satisfazer nos precisos termos do § único do artigo 3.º do presente regulamento.

Art. 6.º Em virtude da autonomia de que trata o artigo 1.º do presente regulamento, todas as receitas ficarão consignadas ao custeio geral das mesmas cadeias e serão escrituradas sob rubricas diversas, consoante a sua origem, por maneira a conhecer-se o total arrecadado em cada ano económico por cada uma das rubricas que fôr necessário criar.

§ 1.º Até 30 de Abril de cada ano serão enviados pelas mesmas Cadeias à Administração e Inspeção Geral das Prisões, para o efeito da sua aprovação, os seus orçamentos ordinários para o ano seguinte, com as receitas e despesas propostas pelo conselho administrativo e tendo em consideração as dotações inscritas no Orçamento Geral do Estado.

§ 2.º Durante o decorrer do ano e sempre que se prove, ou constate, que as receitas hajam sido excedidas, devem organizar-se orçamentos suplementares, dos quais constarão as importâncias excedidas e a aplicação que o conselho administrativo lhe propuser, devendo ser tudo igualmente sujeito à aprovação da referida Administração e Inspeção Geral.

§ 3.º Para aproximar, quanto possível, os serviços da contabilidade anteriores com os que resultarem da actual organização administrativa serão tais orçamentos sempre organizados em separado, sendo um para as Cadeias do Limoeiro, Aljube e Mónicas, e outro para a Cadeia de Monsanto.

§ 4.º As autorizações a expedir pela 4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, referentes às dotações das Cadeias Civis de Lisboa, serão passadas a favor do conselho administrativo das mesmas Cadeias.

Art. 7.º A organização das contas torá de ser feita em conformidade com o regulamento da Contabilidade Pública e alterações correlativas, constantes das leis em vigor, e serão organizadas por períodos de doze meses a começar em 1 de Julho de cada ano, devendo as respectivas liquidações de despesa ser consideradas, para o efeito da escrita, nas épocas em que os correspondentes encargos forem contraídos.

§ único. A escrituração de todas as operações será sempre feita por partidas dobradas.

Art. 8.º As contas respeitantes às operações de gerência finda em 30 de Junho de cada ano será junto o balanço geral dessa gerência acompanhado do competente inventário organizado por grupos e dos desenvolvimentos da conta de Caixa, em que estejam descritos, por meses, e dentro de cada ano, por título, o movimento de entrada e saída de fundos.

A este desenvolvimento juntar-se-há o auto de conferência dos valores existentes em cofre no último mês da gerência.

§ 1.º Tanto o balanço como o desenvolvimento da conta de Caixa, inventário e mais documentos a que se refere o aviso do Conselho Superior de Finanças de 4 de Novembro de 1919 serão assinados pelo conselho administrativo.

§ 2.º Nos valores em inventário será sempre considerada a depreciação causada pelo tempo, ou pelo uso, a qual o respectivo conselho apreciará e aprovará, fixando-a na respectiva acta.

§ 3.º Dos documentos de que trata a última parte do presente artigo serão passados duplicados, para serem remetidos à Administração e Inspeção Geral das Prisões.

Art. 9.º Ao Conselho Superior de Finanças do Estado será igualmente enviado até 30 de Setembro, de cada ano, o balanço geral, acompanhado dos documentos de que trata o § 1.º do antigo anterior.

§ único. O desenvolvimento da Caixa a enviar ao referido Conselho deverá dividir-se de modo a julgarem-se, em separado, as responsabilidades individuais, não devendo aguardar-se o final da gerência para a remessa da conta do funcionário substituído (artigo 318.º do regimento de 17 de Agosto de 1915).

Art. 10.º Sempre que o director haja de ser substituído, por motivo de licença, ou qualquer outra circunstância, fará pessoalmente entrega a quem o substituir dos valores existentes no último dia das suas responsabilidades, do que se lavrará o competente auto.

Esta substituição far-se-há sempre com o conhecimento do conselho administrativo, que assinará juntamente os documentos citados.

Art. 11.º Todas as cobranças e pagamentos a credores constarão de relações modelos, que serão previamente elaborados e propostos pelo conselho administrativo à Administração e Inspeção Geral das Prisões, para serem por esta apreciados e aprovados, e serão feitos em troca de recibos devidamente selados e passados em impressos do mesmo conselho, aglomerados em cadernetas de 100 fôlhas, de que ficará talão com numeração seguida e renovada em cada gerência, não devendo a parte destinada ao recibo nem o respectivo talão eliminar-se dos cadernos quando não possam ser aproveitados. Nestes inscrever-se há, tanto no corpo do recibo como no talão, e em letra bem visível, a palavra «intutilizado».

Art. 12.º As Cadeias Civis enviarão mensalmente à Administração e Inspeção Geral das Prisões um mapa das receitas cobradas e dos pagamentos realizados no mês anterior, classificados por grupos e com esclarecimentos que permitam conhecer do seu critério administrativo. Este mapa será assinado pelo conselho e indicará os saldos de entrada e encerramento.

Art. 13.º O levantamento das quantias dotadas no Orçamento Geral do Estado, atribuídas a vencimentos, sustento de presos, material e diversas despesas, será feito no decorrer do ano, à medida das necessidades do serviço e dentro das respectivas autorizações, alcançadas à sombra do decreto n.º 5:954, de 12 de Julho de 1919.

§ único. As requisições destes fundos far-se-hão em impressos do modelo que a 4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública indicar.

Art. 14.º Todos os vogais do conselho de administração são solidários na responsabilidade da cobrança e dos pagamentos realizados com a sua aprovação.

§ único. De todos os votos discordes, que ficarão exarados na respectiva acta, será dado conhecimento à Administração e Inspeção Geral das Prisões, com os esclarecimentos que o presidente julgar conveniente prestar.

Art. 15.º Das receitas provenientes de dotações orçamentais, exceptuando as referentes a vencimentos de pessoal do quadro, extraordinário e salários a presos, o saldo disponível no fim de cada gerência transitará para a imediata.

Art. 16.º O conselho administrativo é solidariamente responsável pelos valores em cofre, podendo todavia delegar as suas funções no respectivo tesoureiro, independentemente de caução, ficando, neste caso, o aludido funcionário sob a sua directa e imediata fiscalização.

§ 1.º O tesoureiro terá um livro de caixa para escrituração das cobranças e dos pagamentos realizados, que serão lançados e escriturados por partidas simples. Nos lançamentos deverão constar, além das importâncias, os nomes do indivíduos a que respeitar o movimento de fundos, o motivo e a classificação orçamental da cobrança,

ou dos pagamentos, e o número de ordem das respectivas receitas.

§ 2.º O conselho terá em juízo sobre o seu delegado, encarregado do cofre, todos os direitos e acções que a Fazenda tem sobre os seus exactores.

Art. 17.º Em cofre serão conservadas as quantias que forem julgadas indispensáveis, devendo o resto depositar-se à ordem na Caixa Geral de Depósitos, ou suas filiais, para ser levantado por meio de cheques à medida das conveniências de serviço. Os cheques de levantamento, assim como as guias de depósito, serão assinados pelo conselho administrativo.

Art. 18.º O sustento dos presos continua a reger-se pelas disposições constantes do decreto n.º 7:378, de 4 de Março de 1921, passando as atribuições do director das Cadeias ao conselho administrativo, criado pelo presente regulamento.

§ único. A aquisição de quaisquer materiais será feita por concurso público. Quando, porém, esta prática não seja exequível, ou se reconheça haver vantagem para os interesses do Estado, será feita por simples consulta a três casas fornecedoras, pelo menos, e as suas respostas abertas, em determinado dia e hora, em presença do conselho administrativo e dos proponentes que a esse acto quiserem assistir.

Art. 19.º As requisições de material e de fornecimento de víveres para sustento de presos e seu pagamento devem obedecer aos seguintes preceitos:

1.º Qualquer aquisição de material, víveres ou de artigos do título «Diversas despesas» não poderá ser feita sem requisição, devidamente autorizada pelo director, numerada e rubricada pelo ecónomo;

2.º Logo que qualquer artigo requisitado dê entrada no armazém geral, o fiel fará a declaração assinada do recebimento dos artigos, tanto no original como no duplicado, enviando este à contabilidade e entregando o original ao fornecedor, que o apresentará juntamente com a factura para a conferência no dia e horas que o conselho determinar;

3.º No fim de cada mês organizar-se há uma relação de todos os credores, em acôrdo com as suas facturas e requisições satisfeitas, que será presente ao conselho depois de conferida pelo ecónomo.

Art. 20.º As dívidas a credores que hajam falecido ou tenham passado a outrem os seus direitos, a empregados do quadro ou assalariados falecidos ou quaisquer outras semelhantes não poderão ser satisfeitas sem que previamente tenha sido organizado pelo conselho administrativo o respectivo processo de habilitação, o qual será enviado, por intermédio da Administração e Inspeção Geral das Prisões, à 4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, a fim de seguir os trâmites legalmente estabelecidos.

Art. 21.º As fôlhas de vencimento receber-se hão na sua totalidade ilíquida, sendo os descontos remetidos ao Banco de Portugal em guias passadas em triplicado.

Art. 22.º Sempre que ao director se suscitem dúvidas sobre abonos de vencimentos ou pagamentos de despesas, deverá consultar a Administração e Inspeção Geral das Prisões ou a 4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, dirigindo-se a esta por intermédio da mesma Administração e Inspeção Geral.

Art. 23.º É facultado ao director o mandar dar balanço em qualquer época, sendo obrigatório o do último mês da gerência. No caso de realização de balanço facultativo deverão estes constar dos respectivos mapas mensais.

§ único. No acto dos balanços serão sempre presentes os talões das cobranças, documentos de despesas pagas e as relações que autorizaram o pagamento a credores.

Art. 24.º Compete ao conselho administrativo a fiscalização das disposições deste regulamento, e ao guarda-livros ecónomo a sua inteira observância e fiel cumprimento.

Art. 25.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 11 de Junho de 1925.—MANUEL TEIXEIRA GOMES—*Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho.*

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 10:842

Atendendo a que as atribuições conferidas pela legislação vigente ao inspector geral do serviço de saúde, quer no desempenho do seu cargo dependente do estado maior do exército, quer como presidente da comissão técnica, quer ainda na fiscalização da instrução das tropas de saúde e do serviço nos hospitais militares, são de molde a justificar que não deve a sua actividade ser desviada para outras funções, especialmente as exigidas ao chefe da Repartição de Saúde do Ministério da Guerra, pela complexidade dos serviços que ali são tratados: hei por bem, sob proposta do Ministro da Guerra e nos termos do artigo 230.º do decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É substituído o artigo 135.º e seus parágrafos do decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911 pela forma seguinte:

Artigo 135.º A Inspeção Geral do Serviço de Saúde compete a direcção técnica dos assuntos relativos à instrução e preparação para a guerra do pessoal do mesmo serviço.

A Inspeção Geral do Serviço de Saúde é independente da correspondente Repartição de Saúde do Ministério da Guerra, ficando assim completamente separadas as funções de inspector geral das de chefe da referida Repartição.

§ 1.º O inspector geral é directamente subordinado ao quartel-mestre general em tudo que diga respeito ou se relacione com a preparação da guerra e instrução das tropas do serviço de saúde e directamente ao Ministro da Guerra em todos os outros assuntos, competindo-lhe, em harmonia com o determinado neste artigo:

a) Dirigir os trabalhos da comissão técnica do serviço de saúde militar;

b) Superintender na disciplina do pessoal do serviço de saúde que não faça parte das tropas e do que não esteja subordinado aos comandos das divisões;

c) Superintender na Escola Preparatória de Officiais Médicos e nos cursos técnicos do serviço de saúde militar e, tènicamente, no serviço médico das unidades, hospitais e outros estabelecimentos militares;

d) Inspeccionar as tropas e os estabelecimentos especiais do serviço de saúde militar, sob o ponto de vista da sua instrução e preparação técnica e o modo de funcionamento dos vários serviços;

e) Fazer cumprir as disposições de mobilização relativas ao serviço de saúde militar.

§ 2.º A Inspeção Geral do Serviço de Saúde corresponde-se directamente com o estado maior do exército e com as tropas e estabelecimentos de saúde militar em todos os assuntos exclusivamente de instrução e de preparação para a guerra.

§ 3.º O pessoal da Inspeção Geral compreende:

- a) Inspector geral, o coronel médico mais antigo;
- b) Adjunto, um oficial superior ou capitão médico;
- c) Um oficial subalterno ou capitão do quadro auxiliar do serviço de saúde;
- d) Amanuense, um sargento das tropas de saúde.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Guerra o faça publicar. Paços do Governo da República, 11 de Junho de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES** — *António Nogueira Mimoso Guerra*.

1.ª Direcção Gerai

4.ª Repartição

Decreto n.º 10:843

Tendo em atenção a disposição 4.ª do decreto n.º 9:614, de 24 de Abril de 1924;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob propostas dos Ministros da Guerra, Marinha, Interior e Finanças, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Que a pensão anual a pagar pelos pais ou tutores dos alunos dos estabelecimentos da Obra Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar, desde 1 de Outubro próximo, seja a seguinte:

2.º Grupo—Metade da pensão e metade do auxilio indicado para o 3.º grupo.

3.º Grupo—Pensão para o Conselho Tutelar:

General	360\$00
Coronel	276\$00
Tenente-coronel	264\$00
Major	216\$00
Capitão	192\$00
Tenente	168\$00
Alferes	156\$00

Militares do quadro de reserva ou reformados, 8 por cento dos vencimentos que lhes forem classificados.

Praças de pré, 8 por cento do pré, gratificações da readmissão ou diuturnidade, de efectividade e de serviço.

Auxilio para alimentação, exclusivamente destinado aos estabelecimentos, 8 por cento da melhoria de custo de vida.

4.º Grupo—Pensão anual fixa de 360\$.

Auxilio para alimentação, como para o 3.º grupo.

5.º Grupo:

No Colégio Militar 1.600\$00
No Instituto Profissional:

Curso primário geral e officinaes . . 1.200\$00
Nos restantes cursos 1.600\$00

No Instituto Feminino:

Curso primário geral e officinaes . . 800\$00
Nos restantes cursos 1.200\$00

Auxilio para alimentação, como para o 3.º grupo.

6.º Grupo (civis):

No Colégio Militar 4.800\$00
No Instituto Profissional:

Curso primário geral e officinaes . . 1.800\$00
Nos restantes cursos 3.000\$00

No Instituto Feminino:

Curso primário geral e officinaes . . 1.200\$00
Nos restantes cursos 1.800\$00

Auxilio para alimentação, por mês, 200\$.

§ 1.º Os alunos do 1.º Grupo nada pagam.

§ 2.º O disposto neste artigo é applicável a todos os alunos, quer antigos quer modernos.

Art. 2.º Os empregados civis dos Ministérios que concorrem com subsídios para os Institutos, e que, nos termos do regulamento do Conselho Tutelar, tiverem nêles filhos a educar, pagarão, além da pensão estipulada, o auxilio para alimentação equivalente à média arbitrada para os filhos dos officiaes classificados no 3.º Grupo.

Art. 3.º Não pagam auxilio para alimentação:

Os órfãos de pai classificados no 2.º grupo (pobres);
Os filhos dos militares que forem classificados como socorridos pelo Conselho Tutelar;

Todos os alunos que não permanecerem nos estabelecimentos nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

Art. 4.º As verbas provenientes de pensão e de auxilio para alimentação darão entrada no cofre do Conselho Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar, o qual fará a distribuição pelos estabelecimentos da parte destinada a auxilio.

Art. 5.º As disposições do presente decreto poderão ser modificadas logo que as condições económicas o permitam.

Art. 6.º O presente decreto entra em execução no próximo mês de Outubro.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros da Guerra, Marinha, Interior e Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 11 de Junho de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES** — *António Nogueira Mimoso Guerra* — *Fernando Augusto Pereira da Silva* — *Vitorino Henriques Godinho* — *Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães*.

Direcção Geral dos Serviços Administrativos do Exército

2.ª Repartição

Portaria n.º 4:422

Sendo necessário determinar as quantias que os hospitais militares devem considerar como receita orçamental para os efeitos da applicação do § 1.º do artigo 213.º do regulamento geral do serviço de saúde do exército de 1909 e artigos 1.º e 2.º do decreto de 5 de Setembro de 1914, visto que as importâncias até agora fixadas, apenas representavam um limite aos saques a efectuar;

Considerando que as receitas consignadas no artigo 212.º do regulamento não poderão tornar a ser suficientes e nem mesmo é ainda possível fixar novas importâncias com validade por prazo superior a um ano;

Atendendo à inconveniência de igualar os hospitais militares de Lisboa e Porto a todos os outros de qualquer classe quando as especialidades clínicas e outros serviços privativos exigem receitas mais consideráveis:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, que se pratique o seguinte desde o dia 1 de Julho do corrente ano:

Artigo 1.º No começo de cada ano económico e em harmonia com as possibilidades do Orçamento, serão fixadas pelo Ministério da Guerra, mediante proposta da Direcção Geral dos Serviços Administrativo do Exército, as quantias diárias que devem constituir a receita-do fundo de tratamento dos hospitais militares, em rela-

ção aos doentes de cada classe. Estes quantitativos serão iguais para os hospitais de qualquer classe ou guarnição, com excepção dos hospitais militares: de Lisboa que terá mais 50 por cento e o do Porto que terá mais 25 por cento.

Art. 2.º Os quantitativos fixados segundo o artigo anterior não poderão ser alterados no decorrer do ano económico e os conselhos administrativos são responsáveis por qualquer *deficit* que apresentem no encerramento de contas do mês de Junho. Tendo sempre bem presente este dever, podem utilizar mediante prévia aprovação da Inspeção Geral do Serviço de Saúde o saldo que em cada mês lhes ficar, como resultado da sua administração, observando sempre as prescrições do artigo 214.º do regulamento e artigos 1.º e 2.º do decreto de 5 de Setembro de 1914. Para este fim passarão os saldos de um mês para outro dentro do mesmo ano económico.

Art. 3.º (transitório). Os conselhos administrativos que tiverem saldos positivos no ano económico corrente, isto é, excedentes da receita constituída pelos limites fixados sobre as despesas realizadas, solicitarão da Inspeção Geral do Serviço de Saúde autorização para beneficiações, se as Inspeções dos Serviços Administrativos confirmarem a existência desses saldos.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Paços do Governo da República, 11 de Junho de 1925.—O Ministro da Guerra, *António Nogueira Mimoso Guerra*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Estandartes das brigadas da armada

Tendo saído com omissões, novamente se publicam as instruções para uso dos estandartes das brigadas da armada, anexas ao decreto n.º 10:823, publicado no *Diário do Governo* n.º 122, de 3 de Junho corrente:

Artigo 1.º Em cada brigada haverá um estandarte, cujo modelo vai junto a estas instruções.

Art. 2.º Sempre que qualquer brigada entrar em formaturas para parada ou guarda de honra, quer em formatura própria quer enquadrada com outras brigadas, levará o seu estandarte.

Art. 3.º A escolta ao estandarte da brigada é constituída por um cabo e quatro praças das mais condecoradas da brigada.

Art. 4.º A formatura da escolta do estandarte é a determinada no regulamento para honras e continências militares.

Art. 5.º O porta-estandarte deve ser um guarda-marinha dos mais modernos da brigada.

Art. 6.º Sempre que numa formatura entrar o estandarte da brigada, este irá no centro da força, quando esta seja constituída por duas ou mais companhias.

§ único. Se a força duma brigada for constituída por uma só companhia, para prestar honras, o estandarte irá na frente da força, logo a seguir ao terno de clarins.

Art. 7.º Em formaturas gerais das brigadas toma sempre parte a bandeira dos marinheiros da armada, a qual irá no centro da força, conduzida por um guarda-marinha ou segundo tenente dos mais modernos da brigada da guarda-naval e escoltada por um sargento e um cabo de cada uma das brigadas, dos mais condecorados, mantendo os estandartes das respectivas brigadas a formatura que está determinada no artigo anterior.

Art. 8.º Quando qualquer das brigadas não puder atingir efectivo que permita a constituição de duas companhias, a formatura geral deixará de ser por brigadas autónomas, formando apenas uma unidade convenientemente organizada, e, neste caso, a força levará apenas a bandeira dos marinheiros da armada.

Art. 9.º O estandarte é bipartido verticalmente de verde e encarnado em partes iguais, ficando o verde junto à tralha.

Ao centro e sobreposto à união das duas cores tem o escudo das armas nacionais assente sobre uma esfera armilar de ouro, e, a um e outro lado desta, dois ramos de loureiro também de ouro, cujas hastes se cruzam na parte inferior da esfera, entrelaçadas por uma fita branca com a divisa:

Esta é a ditosa Pátria minha amada.

No canto superior do lado esquerdo, junto à tralha, terá bordado o distintivo da brigada.

Características dos estandartes das brigadas

Altura, comprimento — 0^m,800.

Distância do centro da esfera à parte superior do estandarte — 0^m,216 × 0^m,160.

Distância do centro do distintivo à tralha — 0^m,124.

Distância do diâmetro exterior da esfera do distintivo à parte superior do estandarte — 0^m,020.

Paços do Governo da República, 3 de Junho de 1925.—O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva*.

Comando Geral da Armada

Intendência do Pessoal

Portaria n.º 4:423

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que passe ao estado de completo armamento o vapor de salvação *Patrão Lopes*, com a seguinte lotação:

Oficiais

Capitão-tenente, ou primeiro tenente comandante	1
Primeiro ou segundo tenente	1
Primeiro ou segundo tenente maquinista	1
	3

Sargentos e praças

Brigada de marinheiros:

Sargento ajudante de manobra	1
Primeiros sargentos de manobra	2
Primeiro sargento artifice carpinteiro	1
Primeiro sargento enfermeiro	1
Segundo sargento de manobra	1
Cabo sinaleiro	1
Cabo de manobra	1
Marinheiro sinaleiro	1
Marinheiros de manobra	8
Grumetes de manobra	8
Dispenseiro	1
1.º cozinheiro	1
2.º cozinheiro	1
Criados de câmara	2
	30

Brigada de artilheiros:

Primeiro sargento (S. G. ou artilheiro)	1
Marinheiro artilheiro	1
	2

Brigada de mecânicos :

Sargento ajudante condutor de máquinas . . .	1	
Primeiros sargentos condutores de máquinas	3	
Primeiro sargento artifice serralheiro . . .	1	
Segundo sargento condutor de máquinas . . .	1	
Cabo fogueiro	1	
Telegrafista	1	
Marinheiro torpedeiro	1	
Marinheiros fogueiros	11	
Grumetes fogueiros	5	25
Mergulhador artifice.	1	
Total		61

Paços do Governo da República, 11 de Junho de 1925.— O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva*.

Direcção Geral da Marinha

Direcção da Marinha Mercante

1.ª Repartição

3.ª Secção

Rectificação

Na tabela das verbas anexa ao decreto n.º 9:704, de 21 de Maio de 1924 (*Diário do Governo* n.º 112, 1.ª série, da mesma data), no n.º 46, onde se lê: «De crustáceos: Por cada metro cúbico de depósito fixo ou flutuante e por ano civil», coluna «Para emolumentos das capitánias 10\$», deve ler-se: «De crustáceos: Por cada metro cúbico de depósito fixo ou flutuante e por ano civil», coluna «Para emolumentos das capitánias 4\$».

Direcção Geral da Marinha, 8 de Junho de 1925.— Pelo Director Geral, *Isidoro Pereira Leite*, capitão de fragata.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral do Ensino Comercial e Industrial

Por ter sido publicado com inexactidões no *Diário do Governo* n.º 123, 1.ª série, de 4 do corrente mês, o artigo 4.º do decreto n.º 10:829, novamente se faz a sua publicação:

Artigo 4.º O pessoal administrativo e menor da Escola Industrial e Comercial de João de Deus, de Silves, é constituído por:

- 1 amanuense.
- 1 contínuo.
- 6 serventes jornaleiros.

Direcção Geral do Ensino Comercial e Industrial, 9 de Junho de 1925.— O Director Geral, *Alvaro Coelho*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

2.ª Repartição

Por ter saído com inexactidão no *Diário do Governo*, novamente se publica o artigo 8.º do decreto n.º 10:776:

Artigo 8.º Os inspectores distribuem-se pelos distritos escolares da seguinte forma: Lisboa 9 inspectores, Pôrto 8, Viseu 8, Braga, Guarda e Vila Real 5, Bragança, Coimbra, Aveiro e Santarém 4, em cada um dos restantes distritos do continente 3, e em cada um dos distritos das ilhas adjacentes 2.

§ único. Os inspectores correspondem-se directamente com a Direcção Geral.

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, 6 de Junho de 1925.— O Director Geral, *F. A. da Costa Cabral*.

Direcção Geral do Ensino Superior

1.ª Repartição

Decreto n.º 10:844

Tendo a Universidade de Coimbra proposto o desdobramento do Instituto de Anatomia Patológica, pertencente às cadeiras de anatomia patológica e de patologia geral da respectiva Faculdade de Medicina, por terem sido ultimamente anexados à cadeira de patologia geral os serviços anti-rábico e vacínico;

Considerando que o referido desdobramento é de grande conveniência para o ensino e que o estabelecimento dum novo serviço contra a raiva junto da mesma Faculdade é de enorme vantagem para o norte do país;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, e ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O actual Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, pertencente às cadeiras de anatomia patológica e de patologia geral, será desdobrado em dois: Instituto de Anatomia Patológica e Instituto de Medicina Legal, respectivamente anexados às cadeiras de anatomia patológica e patologia geral da referida Faculdade.

Art. 2.º O pessoal privativo do Instituto de Patologia Geral ficará constituído pelo professor da cadeira de patologia geral, que será o director, um 2.º assistente da mesma cadeira, um preparador e um servente do quadro da Faculdade.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 11 de Junho de 1925.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Rodolfo Xavier da Silva*.